

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bâhio, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

Sarney até 90

(CND) P2

O Congresso constituinte desferiu, na tarde de ontem, mais um golpe contra as aspirações democráticas da sociedade brasileira. O mesmo espetáculo de covardia política de que se cercou a rejeição da emenda Dante de Oliveira, em 1984, foi vergonhosamente reencenado na confusa aprovação do texto que assegura ao presidente Sarney um mandato de cinco anos. A farsa repetiu-se como farsa. Pouco importaram as inequívocas manifestações da opinião pública a favor do voto direto para a Presidência, ainda este ano. Pouco interessaram os compromissos assumidos em palanques e campanhas eleitorais. De nada valeram os apelos à integridade e à coerência política. Os interesses mais sórdidos, as conveniências mais desprezíveis e as escaramuças mais sombrias prevaleceram. A cidadela clientelista erguida pelo governo, tijolo a tijolo, acabou finalmente servindo a seu propósito. O único objetivo obcecadamente perseguido pela gestão Sarney foi alcançado. Governou-se durante três anos para conquistar mais um. E ei-lo agora, este cobiçado período de doze meses, entregue, enfim, a um presidente que preferiu, com o lamentável apoio da maioria parlamentar (328 votos), transformar a transição para a democracia num caminho acidentado, penoso e desnecessariamente longo.

O triunfo já era previsível desde que o Congresso constituinte optou pela definição de um mandato de cinco anos para os futuros presidentes, curvando-se à odiosa fraseologia com que o Planalto procurou criar, naqueles dias, um clima de confrontação institucional e deixando-se seduzir pela cantilena mercantilista dos negociadores de cargos e vantagens. A partir daquela noite poucos duvidaram de que a vitória final já estivesse definida. As adesões foram, então, mais e mais, rapidamente surgindo entre os que até ali haviam defendido a tese dos quatro anos. O "pragmatismo" impôs-se, como traição dissimulada, à vontade explícita da sociedade.

Tão logo alguns constituintes interromperam o cinismo de suas desculpas acerca do voto favorável à Presidência —justificado com a mentirosa explicação de que seria iminente um retrocesso político, caso decidissem em contrário— um novo exercício de ilusionismo verbal se apresentou, com o indisfarçável intuito de preparar os ânimos e domesticar os mais renitentes para o próximo e inevitável passo: não mais seria possível deliberar pelos quatro anos, uma vez que esta alternativa significaria uma insustentável discriminação ao presidente Sarney.

Não cogitaram estes apressados e

zelosos defensores da equidistância de que estavam em face de situações absolutamente diversas. Enquanto os governantes vindouros representariam a vigência integral da democracia, uma vez eleitos pelo voto popular, o atual presidente não poderia deixar de ter sua permanência no poder condicionada aos interesses maiores do país, já que fora destinado a conduzir um processo transitório, sem que sequer se investisse da legitimidade de uma consulta direta às urnas. Soberano, o Congresso constituinte não se encontrava, ontem, sob o peso de nenhuma obrigação moral ou dever político, a não ser o de votar em acordo com a vontade inequívoca da população. Poderia, portanto, se assim o desejasse, e se para isto tivesse a necessária coragem e grandeza, confirmar o que já se havia decidido na Comissão de Sistematização.

Escolheu, entretanto, a subserviência a um governo que não mediu energias na tentativa de enfraquecer o trabalho constitucional, de lhe negar autonomia e sabotar a credibilidade. Pois não foi outro, a não ser o presidente da República, aquele quem, com maior ênfase, em sucessivas emissões de seu programa semanal, "Conversa ao Pé do Rádio", atacou o Congresso constituinte, acusando-o abertamente de promover o "caos". Em sua falta de envergadura —e de brios e espinha— a maioria parlamentar preferiu simplesmente desconhecer o quanto de desmando e desmoralização tem acompanhado até aqui a melancólica trajetória da administração que ontem decidiu prorrogar.

O voto pelos cinco anos é o último aval de que o governo necessitava para endossar aventuras como as de uma ferrovia Norte-Sul; descontroles como os de uma inflação e um déficit jamais experimentados pelo país; ineficiências como as de uma máquina pública em franco estado de deterioração; privilégios como os concedidos, às custas do contribuinte, a inúmeras empresas privadas altamente endividadas; e descalabros como os que se assistiram no episódio das verbas distribuídas pela Seplan.

Ao impedir que a transição seguisse o curso próprio de um processo que se esgota com a promulgação da Carta e a imediata convocação de eleições diretas para Presidência da República, o plenário do Congresso constituinte assinou sua irreversível condenação histórica, como um organismo que, mesmo capaz de formular os princípios de uma nova etapa democrática, o fez sob o manto de uma soberania unicamente formal.